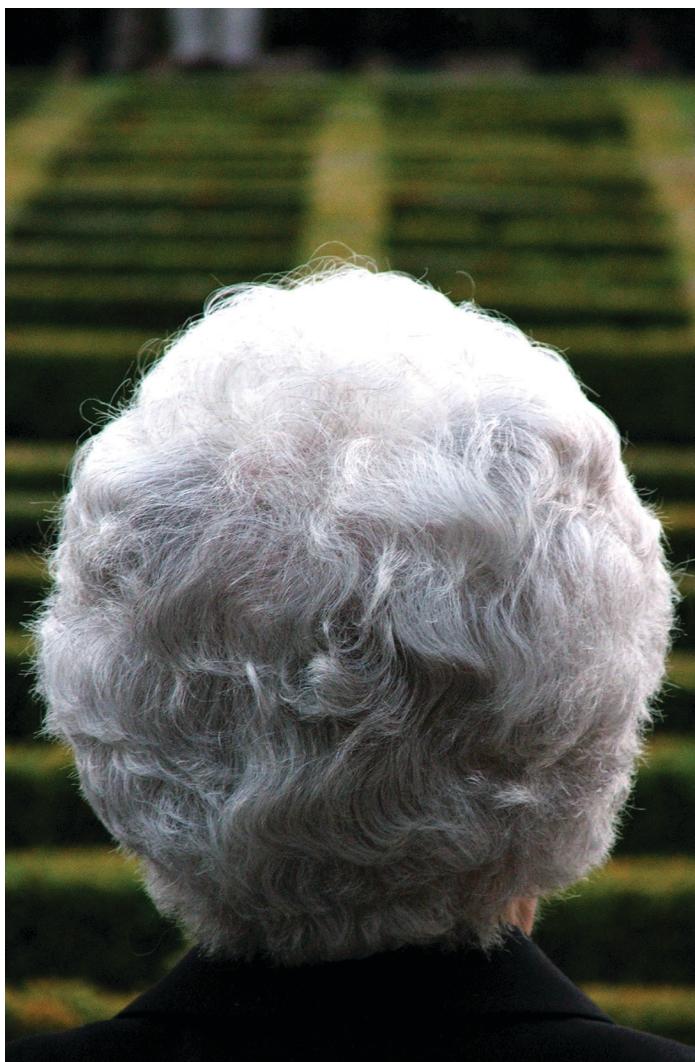




**força**  
**amizade**  
**determinação**  
**justiça**  
**identidade**  
**democracia**  
**convicção**  
**solidariedade**  
**autonomia**  
**acção**  
**paz**

# Aposentados merecem respeito

Os educadores e professores aposentados do sector público não receberam benesses de ninguém. Enquanto os que trabalharam no Ensino Particular ou noutras instituições privadas tiveram entidades patronais que foram obrigadas a descontar para a saúde, aposentação e outros direitos dos seus trabalhadores (e não foi tão pouco!), o patrão-Estado nunca descontou para a aposentação dos seus trabalhadores.



Fomos nós que descontamos sempre, para termos os direitos que “comprámos” e que agora tantos engulhos fazem a muita gente.

Os educadores e professores aposentados não são trabalhadores por conta de outrem, e portanto têm os seus direitos, de que não abdicam. Talvez pensassem nisso se as suas pensões estivessem indexadas aos vencimentos do activo...

Vem isto a propósito do IRS, quando se propõem acabar com as tabelas especiais. Os aposentados ainda nada sabem de positivo sobre IRS, o que não permite fazer uma simulação concreta das futuras pensões. Mas ninguém vive de ilíquidos! Gostava de saber quantas reformas ou aposentações estão a receber esses arautos da “justiça”, que, para defenderem tanto a salvação do país, melhor fariam se ficassem só com uma pensão com o valor máximo consentido por Lei. E acho que ainda estamos a ser generosos, porque talvez não mereçam tanto... Neste momento, milhares de educadores e professores estão a pedir pensões antecipadas, muitas delas com verbas equivalentes a metade dos seus vencimentos, tentando garantir as condições de 2010, com medo de, a partir de 31 de Dezembro, trabalharem para pensões inferiores. O próprio Governo, ao garantir as pensões de 2010 a todos os trabalhadores que tenham as condições exigidas nesta data (38,5 anos de serviço e 62,5 anos de idade) e queiram continuar a trabalhar, conduz a essa leitura.

Os educadores e professores aposentados – e todos os ex-trabalhadores –, bem como todos os que pediram a aposentação, são gente séria. Já contribuíram para o progresso deste país e merecem respeito!

*Teresa Maia Mendes*

**spn**  
INFORMAÇÃO

**Director** Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro  
**Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

**Design Gráfico** Inês Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

**Propriedade** Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6  
**E-mail** spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

**Tiragem média** 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** n.º 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

# A Educação na voragem da contenção orçamental

A greve geral de 24 de Novembro foi inquestionavelmente a paralisação mais importante na história do país, com uma adesão excepcional no sector dos transportes, o que levou nomeadamente ao encerramento total da actividade de aviação civil e dos portos no Continente e nas ilhas. Particularmente elevada foi também a adesão à greve nos sectores da educação, saúde, autarquias e indústria, em muitas regiões do país. Na área da Educação, para além das inúmeras escolas encerradas, é de registar a adesão à greve de muitos docentes e investigadores – a maior em greves conjuntas com outros trabalhadores –, que assim se manifestaram claramente contra a imposição de medidas regressivas, como a redução de salários e o aumento de impostos, mas também contra a forte redução de investimento na Educação, afirmando uma vez mais que, “num país em que se hipoteca quase tudo, hipotecar a educação é desistir do futuro”.

A aprovação do Orçamento de Estado para 2011 faz antever um ano de enormes dificuldades para o país, e particularmente para as escolas e para os docentes portugueses, confrontados com um conjunto de medidas de contenção orçamental ditas de “optimização” e “rentabilização” de recursos que terão graves consequências ao nível das condições de trabalho e do emprego docente. Ora, não é possível apostar no alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, ou em novas metas de combate ao abandono e insucesso escolares para 2015, ao mesmo tempo que se corta nos orçamentos das escolas e se reduz brutalmente o número de professores no sistema, retirando às escolas os recursos necessários à concretização desses objectivos.

Só nas alterações curriculares previstas (eliminação da Área de Projecto, do Estudo Acompanhado e do par pedagógico em Educação Visual e Tecnológica) estima-se que se percam cerca de 12.000 lugares docentes. Acrescente-se a este número o que decorre das outras medidas anunciadas (das de menor às de maior impacto, que vão da obrigatoriedade de os professores bibliotecários leccionarem uma turma à criação de mais mega-agrupamentos) e facilmente se compreenderá que, sendo a essência da despesa do ME alocada ao pagamento de vencimentos, é aí que os cortes mais vão incidir, quer pela redução salarial quer pela dispensa de pessoal. Em suma, espera-se das escolas que façam mais com (muito) menos.

Neste contexto, 2011 porá à prova a nossa capacidade de resistência. De não nos resignarmos. De denunciarmos hipocrisias e demagogias. De não desistirmos de lutar por uma Escola melhor. De nos mobilizarmos na defesa de políticas que valorizem o trabalho e se sustentem em alternativas económicas e sociais justas.

A nossa capacidade de resistir passa, também, pelo reforço dos sindicatos e por sermos capazes de contrapor ao individualismo do “salve-se quem puder” uma acção colectiva e solidária.

Neste final de ano, em vésperas de um duro 2011, em grande medida ainda imprevisível, desejo a todos Boas Festas!



**Manuela Mendonça**  
coordenadora do SPN

*No próximo ano, pode haver menos 30.000 professores nas escolas*

## **Não basta a iniciativa institucional e jurídica. É ESSENCIAL A LUTA DOS PROFESSORES!**

O secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) chamava a atenção dos jornalistas para “o impacto das medidas” que se começam a fazer sentir no sector da Educação, ainda antes da entrada em vigor do Orçamento de Estado (OE) para 2011.

Na oportunidade, o dirigente sindical abordou ainda a reunião realizada no dia anterior, no Ministério da Educação, que acabou por reforçar as preocupações sindicais face às orientações do Governo para o sector, que aposta em “medidas irracionais”. Na reunião que teve lugar no ministério, a Fenprof colocou uma lista de dúvidas, para as quais ou não obteve qualquer tipo de esclarecimento, ou dos comentários recebidos acabou por retirar vincadas apreensões... O ministério da 5 de Outubro, transformado numa repartição do Ministério das Finanças, avança um conjunto de medidas “com impacto muito forte na qualidade do ensino, nas aprendizagens, na vida das escolas”, destacou Mário Nogueira.

**“Ainda neste ano lectivo há escolas que poderão entrar em ruptura. A comunicação social tem divulgado casos de tribunais com o telefone cortado, mas também já há escolas em que os alunos têm que levar o papel higiénico de casa”, alertou Mário Nogueira, em conferência de imprensa realizada em Lisboa, após reunião do Secretariado Nacional da Fenprof (14.Dezembro).**

### **Professores têm mesmo de estar preocupados**

Do leque dessas “medidas irracionais”, o secretário-geral da Fenprof lembrou a difícil situação que se está a viver em muitas escolas, por todo o país, com alunos sem professores. “Isto porque o ME impediu a contratação de professores para o período entre 30 de Novembro e 30 de Dezembro”. Objectivo: poupar um mês de salários de professores contratados, que, assim, iriam substituir colegas com baixa por motivos de saúde, licenças de maternidades e outras situações. Mas “o ME preferiu deixar alunos sem aulas!”

Com este tipo de medidas, com esta “política cega de cortes”, “temos mesmo de estar preocupados”, salientou Mário Nogueira, recordando medidas que o ME está a anunciar e que representam um ataque violento ao emprego docente e à vida das escolas:

- alterações curriculares (eliminação da Área de Projecto, do Estudo Acompanhado e do par pedagógico na Educação Visual e Tecnológica);
- obrigatoriedade de os bibliotecários leccionarem uma turma;
- alteração dos escalões para atribuição de adjuntos da direcção de escolas;
- redução do crédito horário das escolas;
- redução do número de horas de assessoria à direcção das escolas;
- alteração das condições para dispensa da componente lectiva aos coordenadores de estabelecimento;
- redução das horas das equipas do Plano Tecnológico da Educação;
- redução das situações de mobilidade para outras funções;
- redução da componente lectiva – trabalho nocturno;
- reformulação dos contratos de associação e contratos simples (Ensino Particular e Cooperativo).

“Ninguém sabe, ao certo, o que vai acontecer ao Estudo Acompanhado. O documento do Ministério diz que vai desaparecer... O primeiro-ministro “garante” que o Governo o vai reforçar... O secretário de Estado afirma que só nalguns casos se vai manter...”, observou Mário Nogueira, que aproveitou para lembrar a proposta da Fenprof: as escolas deveriam fazer uma avaliação, tanto do Estudo Acompanhado como da Área de Projecto, e, consoante o balanço obtido, assim se tomaria a orientação de continuar e melhorar ou de aproveitar essas horas para outras estratégias em favor das aprendizagens dos alunos.

Em relação à Educação Visual e Tecnológica, “problema complicadíssimo”, o secretário-geral da Fenprof afirmou que, a concretizarem-se os planos do ME, “mais de metade dos professores desta disciplina ficam sem horário”.

## Ataque violento

Mário Nogueira alertou para as consequências deste “profundo ataque ao emprego”, que vai provocar situações muito difíceis nas escolas. “Juntando o que já se sabe ao que se prevê, na abertura do próximo ano lectivo poderemos ter 30 mil professores a menos nas escolas. O ME não respondeu às perguntas da Fenprof. Mas acabou por não negar situações que, no final, apontam para essa situação, para esse ataque violento”. “Esta política vai afectar todos. Também acabará por tocar os professores dos quadros. Não há neste momento nenhum professor que possa dizer que está livre de a ameaça de desemprego lhe bater à porta”, acrescentou.

“A Fenprof vai reunir com directores de escolas integradas em mega-agrupamentos e, em meados de Fevereiro, faremos um balanço pormenorizado das consequências da criação dos mega-agrupamentos”, revelou o dirigente sindical.

Em relação ao período de exames nacionais – para o qual o ME também já prometeu mais injustiças, afectando directamente os docentes correctores das provas –, Mário Nogueira revelou que os gabinetes jurídicos dos sindicatos da Federação vão trabalhar na “verificação das condições legais de recusa à correcção” – “faremos uma contestação jurídica e uma contestação sindical”, adiantou Mário Nogueira, que não excluiu a hipótese de emissão de pré-avisos de greve para essa altura.



Henrique Borges

## Em defesa dos salários, contra os cortes do Governo

O secretário-geral da Fenprof anunciou ainda que a Federação vai avançar, junto dos parlamentares que votaram contra o OE'2011, com o pedido de fiscalização sucessiva da redução dos salários, depois de o orçamento entrar em vigor.

Entretanto, no dia 5 de Janeiro, avançará nos tribunais administrativos e fiscais, com providências cautelares contra os cortes salariais, prevendo-se que outros sectores profissionais da Administração Pública tomem idêntica iniciativa.

Se as providências cautelares não resultarem, no dia 25 de Janeiro, em todo o país, os professores afectados pelo corte salarial apresentarão pedidos de impugnação nos serviços administrativos das suas escolas, na base de uma minuta que os serviços jurídicos dos sindicatos vão trabalhar. Está ainda prevista queixa à Organização Internacional do Trabalho e ao Tribunal Europeu, revelou Mário Nogueira, que deixou um alerta:

“O congelamento das carreiras vai provocar ultrapassagens de professores e, nesse sentido, haverá também uma minuta para reclamação”.

## Petição: 9.000 assinaturas em 4 dias!

No diálogo com os jornalistas, Mário Nogueira teve oportunidade de alertar para a grave situação de precariedade laboral que se vive no ensino e sublinhou que a petição on-line a exigir a realização do concurso de professores em 2011 registou cerca de 9.000 assinaturas em escassos quatro dias.

“Vai ser pedida na Assembleia da República uma reunião para entrega dessa petição”, explicou o dirigente sindical, que falou também do postal dirigido à ministra da Educação, exigindo o concurso, e que está já a circular em todo o país. “Estes postais serão entregues no dia 3 de Fevereiro, no Ministério da Educação”, revelou Mário Nogueira.



Henrique Borges



Henrique Borges

## Intervenção nas escolas

Depois de salientar que “em muitas escolas estão a ser aprovadas posições para fazer parar o actual modelo de avaliação”, o secretário-geral da Fenprof venceu o papel do trabalho e da intervenção sindical nas escolas, com os professores. “Na segunda semana de Janeiro, haverá um esforço redobrado de informação, esclarecimento, debate e mobilização dos professores nas escolas. É precisa a luta dos professores! Não basta a iniciativa institucional e jurídica”.

Das iniciativas previstas para o início do próximo ano, Mário Nogueira chamou ainda a atenção para “uma grande iniciativa de âmbito nacional, no final do Fevereiro ou no início de Março”, provavelmente sob a forma de plenário descentralizado, a realizar a um sábado.

E antes da Páscoa poderá realizar-se uma grande iniciativa de protesto contra as políticas de ataque à Escola Pública, envolvendo a comunidade educativa e, particularmente, as entidades subscritoras do recente manifesto.



JPO

## Não se compreende...

Destacando que uma Escola Pública de qualidade precisa de professores, e alertando para as consequências de uma política virada para a desqualificação do ensino, Mário Nogueira observou que os 803 milhões de euros de corte cego no sector da Educação apontam directamente para o corte no emprego e na redução dos salários “dos que ficam”, reduzindo custos e mexendo, para isso, nos horários de trabalho dos docentes.

“Como é que se fala de Metas Educativas, de escolaridade de 12 anos, de novas responsabilidades, com mais alunos nas escolas, e depois se prepara o afastamento de milhares de professores?”

“Não se compreende...”, concluiu o secretário-geral da Fenprof.

**José Paulo Oliveira**  
jornalista

# “E não se pode exterminá-los?”

Os mega-agrupamentos são designados, eufemisticamente, pela administração por “unidades orgânicas decorrentes do processo de reorganização da rede escolar”.

No âmbito da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), existem 18 mega-agrupamentos, uma vez que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela considerou “manifestamente ilegal”, em 8 de Outubro passado, o acto de criação do Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins — Chaves / Vidago (como consta da Providência Cautelar).

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) realizou reuniões nas escolas/agrupamentos extintos e procedeu a uma recolha exaustiva de dados, através de uma ficha-tipo que incluía: “identificação”, “caracterização” [nº de alunos, docentes, “auxiliares”, “administrativos”; nº total de horários docentes eliminados com a junção das escolas/agrupamentos; somatório das horas de crédito do conjunto das escolas em 2009/2010; nº total de horas de crédito do agrupamento para 2010/2011; departamentos com maior número de docentes; deslocação de alunos entre estabelecimentos; docentes a leccionar em diversos estabelecimentos; local/sede dos serviços administrativos e eventual encerramento de “secretarias”] e “outros aspectos relevantes”.

De um universo abrangente de 18 mega-agrupamentos, respigámos os dados mais significativos das afirmações feitas e, analisando uma amostra correspondente aos maiores valores de cinco dos parâmetros referidos, verificamos:

- nº de alunos varia entre 2.763 e 2.400
- nº de docentes varia entre 350-240,
- nº de horários eliminados pela nova realidade varia entre os 25-11
- decréscimo das horas correspondentes ao crédito horário varia entre as 148-50 horas
- nº de professores por departamento curricular varia entre 100-56

Para uma leitura mais facilitada, apresentamos uma explicitação esquemática do exposto (quadro).

## Realidade abstrusa

Na anterior edição desta revista (Novembro) tivemos oportunidade de elencar as múltiplas e nefastas consequências relacionadas com esta arbitrária e prepotente decisão de agrupar o já anteriormente agrupado. Verifica-se agora, de forma mais pormenorizada, que só em seis mega-agrupamentos foram “eliminados” 93 professores e 556 horas de crédito, correspondentes a mais 25 horários. Isto é, num universo de seis mega-agrupamentos, foram eliminados 118 lugares de docência.

A verdade dos dados recolhidos mostra inequivocamente a monstruosidade de tal desiderato, que só poderá ser entendida como um plano para “a poupança”. Mas quem poupa na Educação adia o futuro, compromete gerações.

A abstrusa realidade mostra a gravidade dos factos e a impossibilidade de implementar projectos sérios, estruturados e fiáveis. Mostra, ainda, a impossibilidade de uma coordenação eficaz, de uma vivência partilhada, da consecução de objectivos colectivos, da resolução de problemas da comunidade educativa, em suma, a falência do papel da Escola.

**Davide Castro Dias**  
Direcção do SPN

## QUADRO

### DADOS CORRESPONDENTES A 6 DOS ACTUAIS 18 MEGA-AGRUPAMENTOS DA DREN (1/3 MAIS SIGNIFICATIVO)

#### Alguns exemplos demonstradores dos desequilíbrios criados

Nº de alunos	2.763	2.750	2.500	2.013	2.422	2.400
Nº de docentes	350	300	269	266	249	240
Horários docentes eliminados	25	20	15	14	11	8
Decréscimo de horas do crédito global	148	94	88	88	88	50
Nº de docentes por dep. curricular	100	80	70	65	60	56

# AEC: SPN reuniu com director regional

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) reuniu, a seu pedido, com o director regional de educação do Norte, com o objectivo de colocar algumas preocupações relativamente à forma como tem vindo a decorrer o processo de implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular. A não utilização, por parte de muitas autarquias, da aplicação destinada à contratação dos docentes prevista no Decreto-Lei nº 212/2009, de 3 de Setembro, aliada à existência de critérios de selecção extremamente duvidosos, a diferença dos procedimentos de contagem do tempo de serviço e



do estabelecimento do vencimento a auferir e a situação de intensa precariedade que os docentes colocados nas AEC vivem, foram questões levantadas pela delegação do SPN.

O director regional, António Leite, assumiu que, efectivamente, a DREN deu permissão a algumas autarquias para não utilizarem a aplicação para colocação dos docentes por força de a mesma não se encontrar devidamente adequada às necessidades de autarquias com grandes dimensões, afirmando estar convencido de que, no próximo ano lectivo, a situação estará resolvida e que a aplicação poderá, então, ser utilizada por todas as autarquias ou pelos agrupamentos que promovam as actividades de enriquecimento curricular. António Leite deu, também, nota de estar ao corrente de alguns dos constrangimentos decorrentes da implementação das AEC e afirmou que, tendo em conta as questões colocadas pelo SPN, a intervenção da DREN será imediata, assim que forem dados a conhecer casos concretos.

Relativamente à contagem do tempo de serviço dos docentes a exercer funções nas AEC, a DREN dará orientações aos agrupamentos de escolas para que aquela seja feita de acordo com o que a Lei prevê, isto é, sobre as 25 horas da componente lectiva. Referiu, ainda, que, no que respeita ao vencimento, se a legislação prevê que o pagamento para os docentes licenciados é pelo índice 126, o mesmo tem que ser feito de acordo com este índice.

O SPN comprometeu-se a enviar para a DREN informação sobre todas as situações ilegais de que fosse conhecedor, pelo que solicitamos a quem tenha conhecimento de outras que as faça chegar ao sindicato.

**Júlia Vale**  
Direcção do SPN

Ana Alvim

# TRABALHAR PARA AS METAS

Para a melhoria significativa dos resultados no PISA em muito contribuíram as aulas de substituição, a escola a tempo inteiro, o ensino profissional, a inclusão de mais alunos nas escolas e, ainda, a prometida escolaridade de 18 anos. Claro que a “amostra” foi de alunos com 15 anos... Mas foi o contexto construído por estas políticas educativas que influenciou outros!

Os professores deste país foram acarinhados por um primeiro-ministro feliz perante os resultados dos alunos portugueses no PISA 2009. Com esta forma “objectiva” de medir as aprendizagens e de avaliar os sistemas educativos, foi dada a valorização (finalmente!) às medidas de política educativa implementadas e tão incompreendidas por alguns.

A preocupação com os resultados, estatísticos, comparáveis, e passíveis de seriação, tem sido transversal em todas as medidas de política educativa e a elas servem de argumentação e de sustentação. Como se os números falassem por si, justificassem as decisões e ainda constituíssem referente para todo e qualquer processo de avaliação. Esta sim, acima de qualquer discussão sobre os seus objectivos, as suas finalidades ou as suas consequências, uma avaliação objectiva, tecnicamente bem executada e que resulte em números. A política educativa dos últimos anos, no nosso país e noutros, fundamenta-se em metas mensuráveis, referência para todas as alterações já implementadas ou a implementar, e que servem para a avaliação do nível da sua concretização. A reflexão sobre estas metas deve merecer algum do nosso tempo.

Às escolas são pedidas metas, que devem constar dos respectivos projectos educativos, segundo as quais estas se propõem cumprir a sua função educativa, e constituem um dos elementos de referência da avaliação do desempenho dos seus docentes. A necessidade de tornar estas metas mensuráveis é induzida (in)directamente através da Avaliação Externa das Escolas, realizada pela Inspecção-Geral da Educação, que estabelece como indicadores o estabelecimento de “metas claras, mensuráveis, quantificáveis e avaliáveis”.

## Metas inconsequentes

Esta pressão exercida sobre as escolas parece ainda não ter atingido as metas que este ministério terá definido para si, e recentemente foram apresentadas outras. O programa Educação 2015 anuncia novas metas para as escolas, de acordo com as metas educativas 2021 da Organização dos Estados Ibero-Americanos, das quais curiosamente só foram seleccionadas as quantificadas. As “Metas de Aprendizagem”, que se inserem na Estratégia Global de Desenvolvimento do Currículo Nacional delineada pelo Ministério da Educação, recentemente anunciadas, foram, para já!, “disponibilizadas para serem utilizadas voluntária e livremente pelos professores no seu trabalho quotidiano”.

As diversas formas utilizadas para levar as escolas e os docentes a trabalharem para as metas vão-se traduzindo, no terreno, em trabalhar para os números, para as percentagens. Cada escola e cada docente terá de responder perante os desvios. É o valor do desvio em relação às metas que permitirá verificar os avanços de Portugal em relação às metas de convergência, definidas supranacionalmente, em que os resultados do PISA são um dos indicadores mais importantes.

Esta forma de tornar a educação eficaz, aliada à concepção de que tudo o que é quantificável é objectivo, passível de avaliação e, por consequência, bom, tem levado a uma descaracterização do trabalho educativo, que poderá ainda ser ampliada. A recente “corrida” à inscrição nos testes intermédios, também voluntária, é reveladora desta necessidade imposta de quantificar o trabalho dos docentes e das escolas.

Estas lógicas de competição colocam dilemas profundos a quem planifica, prepara cada aula, cada unidade, cada projecto educativo (sem maiúsculas, porque todos os projectos o são), porque nenhum teste/exame pode englobar todos os conceitos e processos experimentados e o lugar da avaliação não se pode limitar ao final de um processo. Quantos projectos educativos terão de ser “ultrapassados” para se atingir a meta?



**Anabela Sousa**  
Direcção do SPN

# 7.º CONGRESSO DO SPN JÁ MEXE

Para preparar o próximo congresso do Sindicato dos Professores do Norte, a direcção promoveu a realização de seis seminários subtemáticos – um em cada distrito da área geográfica em que o sindicato tem actividade. Pretendeu-se com esta iniciativa, aberta a sócios e não sócios, debater ideias com todos os interessados e recolher contributos que, de algum modo, pudessem levar a enriquecer as teses a apresentar no congresso propriamente dito. Para isso, foram convidados alguns reconhecidos especialistas, que, lado a lado com a “prata da casa”, animaram cada um dos debates realizados – de que aqui se dá nota em tom de apontamento. O 7.º Congresso dos Professores do Norte vai realizar-se em Guimarães, nos dias 25 e 26 de Fevereiro de 2011.

## ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, DEMOCRACIA E AUTONOMIA

### VIANA DO CASTELO *resistir nas escolas com dinâmicas colectivas*

Na perspectiva sindical, a autonomia das escolas tem um significado; na perspectiva do Ministério da Educação, tem outro – há que clarificar o conceito, sublinhou **Manuela Mendonça**, a dado passo da sua intervenção na Biblioteca Municipal. Noutra passagem, a coordenadora do SPN citou documentos oficiais e entrevistas de responsáveis políticos que têm passado pelo ME para mostrar que, na verdade, “o ataque à Escola Pública tem sido sempre acompanhado do ataque aos professores”.

**Almerindo Janela Afonso** (Universidade do Minho) enfatizou os “desafios da escola democrática” e sublinhou que “não se pode defender autonomia da Escola sem defender a autonomia do professor”. “Temos que reagir ao espírito do tempo. Se nos desmobilizarmos agora, será bem pior no futuro”, destacou Janela Afonso.

Professor em Santa Marta de Portuzelo, **Joaquim Marques** recordou a situação das escolas em meio rural e as políticas e os critérios que provocaram o encerramento de centenas de estabelecimentos de ensino, um pouco por todo o país. Centros escolares e mega-agrupamentos são faces da mesma moeda, instrumentos de um “controlo mais fácil por parte da tutela”, salientou.

Das várias notas comuns às intervenções dos convidados e ao debate que se lhes seguiu, moderado por Francisco Vaz (SPN/Viana), destaque para a necessidade de construir “uma resistência colegial”, uma dinâmica colectiva nas escolas. A defesa da Escola Pública e da dignidade profissional docente passa (também) por aí.



JPO

### VILA REAL *outra escola é possível*

Estamos perante uma “administração escolar burocrática e centralizada”. Foi este o mote da intervenção de **Licínio Lima**, concretizando a ideia de que, de facto, “o poder de decisão, de direcção, não está nas escolas. Está no ministério, nos departamentos centrais e nas direcções regionais”. Frisando que “há uma concentração de poderes”, o investigador da Universidade do Minho nota que “o director do agrupamento é o rosto do ME dentro da escola, mesmo que não queira” e que “acaba por falar grosso para baixo e fininho para cima” – “o director vive na corda bamba, pode ser despedido na hora”, sublinhou. Alertando para as consequências da “subordinação administrativa perante os serviços centrais”, Licínio Lima realçou: “Temos que politizar a educação” e impor “práticas democráticas e colegiais”.

Dos desafios e das capacidades de auto-regulação da Escola falou **Anabela Sousa**. “As escolas fazem auto-avaliação com com-

mando à distância”, observou a professora da Escola Secundária de Rio Tinto (Gondomar), chamando a atenção para a importância de uma auto-avaliação construída na base da reflexão e do compromisso democrático e para as consequências nefastas das “pressões para a uniformização”. Confrontando as lógicas gerencialistas e a perda de autonomia das escolas, Anabela Sousa concluiu a intervenção destacando: “Precisamos de uma escola que valorize as pessoas. Uma outra auto-avaliação é possível. Uma outra escola é possível”.

Na última intervenção, **Carlos Silva** debruçou-se sobre as diferentes concepções de democracia e alertou para os crescentes perigos da concentração do capital. Lembrou que os professores – “classe cada vez mais proletarizada” – precisam de ter a sua profissão dignificada e valorizada e que a sua progressiva degradação é parceira da ofensiva contra a Escola Pública. Face ao contexto actual, o sociólogo da Universidade do Minho referiu a necessidade de se estimular “o debate e a reflexão” em ordem a “uma forma ideológica de pensar a escola de maneira diferente”. “Temos que actuar em colectivo. Temos que encontrar plataformas comuns”, concluiu Carlos Silva, destacando o papel das organizações representativas dos professores, em particular dos sindicatos, para impedir que o poder político prossiga com o dividir para reinar nas escolas e entre os professores.

O debate, bem expressivo, que se seguiu às comunicações foi moderado por Carlos Taveira (SPN/Vila Real)



JPO

# UMA ESCOLARIDADE PARA TODOS, DEMOCRATICAMENTE ORGANIZADA

## **BRAGA contribuir para a construção de uma sociedade e de uma escola democráticas**

“Temos que participar activamente nos debates” relacionados com “as aprendizagens dos alunos” e com “os desafios que hoje se colocam ao trabalho dos professores no âmbito da formação”, sublinhou **Rui Trindade** na primeira intervenção do seminário que teve lugar no Museu D. Diogo de Sousa. O docente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (Porto) referiu também as “crescentes exigências” que se colocam

aos professores e às escolas no contexto actual e sublinhou que “a função de um sindicato como o nosso é contribuir para a construção de uma sociedade e de uma escola democráticas”.

Doutoranda na Universidade de Aveiro, **Helena Arcanjo** falou da participação dos municípios na educação (políticas e práticas) – dando especial atenção às cartas educativas – e, a propósito das AEC, realçou que “o poder central concebe e define regras, esperando que o poder local acate placidamente o caderno de encargos definidos centralmente, mediante certas contrapartidas financeiras”.

Mais focalizada na educação de adultos e nas políticas que a enquadram, **Teresa Medina** destacou que a tónica presente no discurso europeu nesta matéria está em profunda ruptura com as perspectivas humanistas da formação e da valorização dos cidadãos. A docente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (Porto) realçou a importância das experiências de vida no contexto das aprendizagens, apontando o exemplo de certos dirigentes sindicais de sectores com menos qualificação escolar como cidadãos portadores de saberes, conhecimentos e experiências de grande alcance.

Políticas educativas, relação escola-política, avaliação em mega-agrupamentos, educação de adultos, horários de trabalho, escola a tempo inteiro, AEC, precariedade laboral, autonomia e currículo, foram alguns dos assuntos do debate que se seguiu, moderado por Júlia Vale (SPN/Braga).



JPO

### **BRAGANÇA** *caminhos para a construção da escola do futuro*

Passar do paradigma do ensino ao “das aprendizagens, do ensino e da avaliação. Esta é uma pedra de toque fundamental para a construção da Escola do futuro” – **Domingos Fernandes**, no seminário realizado no Auditório Paulo Quintela e presidido por Alice Susano (SPN/Bragança). O docente do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa reflectia sobre “meio século de educação” no mundo. Na sua perspectiva, a primeira década do século XXI foi o tempo “das competências, da nova engenharia do currículo, da prestação pública de contas e da estandarização global”. Agora, é “o tempo da mudança da escola”, com “ênfase nas aprendizagens, na integração teórica, nas meta-teorias, nas novas racionalidades”. É, também, tempo de desafios e de interrogações. Apostando na dinâmica colectiva para a “reinvenção da escola”, Domingos Fernandes considera que “estudamos pouco o que se passa na sala de aula” e que “a aprendizagem deve estar no centro das preocupações” e propõe quatro prioridades fundamentais: i) as aprendizagens dos alunos; ii) a organização e o funcionamento pedagógico; iii) a formação contínua dos docentes; iv) o envolvimento dos pais e da comunidade.

Do Ensino Profissional como parte do sistema educativo, falou **Fátima Antunes**. Sendo um factor de democratização do ensino, acaba por ser “uma via subalternizada”, alertou a docente da Universidade do Minho, sublinhando que “não tem sido levado em conta o seu potencial inovador” – “há práticas e recursos técnico-pedagógicos que acabam por ser perdidos, que não são partilhados”. A investigadora referiu, depois, os inquéritos realizados com alunos e professores dos cursos de educação e formação do Ensino Básico (CEF) e dos cursos profissionais, destacando que nos testemunhos dos alunos perpassa uma mensagem muito positiva (agora, eu aprendo; agora eu consigo acompanhar as aulas), enquanto os professores revelam uma visão “mais negativa”, notando que “o trabalho é difícil” e que existem “grandes dificuldades nas escolas”. “Há problemas”, mas também um conjunto significativo de vontades e perspectivas que merecem ser acarinhadas e apoiadas, conclui a investigadora, que considera a aposta na capacidade colectiva como a chave para a inovação.

A Educação Pré-Escolar (EPE) e o 1º Ciclo estiveram no centro da intervenção de **Cristina Mesquita**, que começou por evidenciar contradições em vários aspectos da lei no que respeita à EPE, nomeadamente quando considera que é a primeira etapa da educação básica e que incumbe ao Estado contribuir para a universalização da sua oferta. Relação entre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e o alargamento da EPE; papel da família na educação das suas crianças; responsabilidade do Estado na construção de uma Escola de qualidade; riscos e consequências negativas da presença da EPE nos mega-agrupamentos – foram outros temas abordados pela docente da Escola Superior de Bragança, realçando que “a construção de cidadãos livres, autónomos e solidários” deve ser o desafio a que o jardim-de-infância e a escola devem responder. E a concluir: “O papel dos educadores na construção de uma visão democrática do sistema educativo é fundamental, devendo disponibilizar para essa construção o seu saber, as suas experiências e as suas convicções profissionais”.



JPO

## UMA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE DIGNIFICADA, ASSENTE NUM SINDICALISMO AUTÓNOMO, VIVO E ACTUANTE

### PORTO *Acção dos sindicatos é fulcral na construção da identidade profissional docente*

No Seminário que teve lugar no Porto, no dia 4 de Dezembro, **Abel Macedo**, coordenador do SPN, na sua intervenção, chamou a atenção para o facto de, historicamente, corresponder aos sindicatos o papel de pugnar por uma identidade profissional docente dignificada, socialmente valorizada e indispensável à assunção de uma escola pensada para a vida democrática. Referindo-se a sindicatos de uma forma geral, pormenorizou que este entendimento estava pensado para os representados na FENPROF, e particularmente para o Sindicato dos Professores do Norte, lembrando o surgimento do movimento sindical logo após o 25 de Abril de 1974, cuja génese esteve na actuação dos Grupos de Estudo dos Professores dos Ensinos Preparatório e Secundário durante os últimos anos do fascismo e das preocupações já então evidenciadas com matérias como a formação de professores, o estatuto de carreira, o associativismo docente, entre outras, traduzindo assim um espectro amplo de áreas de intervenção

que seriam do interesse dos professores e da sua inserção na vida das escolas e do próprio sistema educativo. Justificou ainda uma relação directa entre a afirmação de uma identidade profissional forte e a pujança de uma intervenção sindical colocada ao seu serviço. Finalmente, recusando o elitismo e o corporativismo que ainda têm alguns (poucos) defensores no seio da classe docente, apontados a outro tipo de soluções, sustentou, citando António Nóvoa, que “uma ética profissional se constrói em diálogo com os outros colegas”, e que esses espaços de diálogo são defendidos, desde sempre, pelos sindicatos que assumem esta visão aberta de entender a profissão.

Antes desta intervenção, já **Paulo Sucena**, ex-secretário-geral da Fenprof, tinha equacionado uma questão de enorme actualidade, chamando-lhe “A escola de hoje e a identidade profissional dos professores”, para dar conta que a subordinação da educação a uma lógica mercantil prefigura um caminho em sentido contrário ao da valorização profissional dos docentes, afasta os professores de uma concepção de profissionais autónomos e reflexivos para um contexto de subordinação quase cega a orientações e ditames que são introduzidos de fora para dentro, unicamente sujeitos a uma “autoridade” sem outra legitimidade que não seja a do poder discricionário, estranho à realidade escolar, tão estúpido quanto castrador de todas as iniciativas que “apenas” assentem em preocupações pedagógicas.

Apresentando dados recentes que evidenciam a enorme incoerência do poder central quando projecta objectivos de alargamento do número de alunos em escolaridade obrigatória a par de cortes impensáveis em todas as dotações orçamentais referentes ao funcionamento do nosso sistema escolar, demonstrando também desta maneira, que o caminho da funcionarização, do controlo absurdo dos desempenhos profissionais docentes, da menorização da sua imagem social, está claramente assumido pelo governo que temos e que urge combater com urgência, sob pena de todos virmos a assistir ao definhamento de uma profissão absolutamente essencial à construção do nosso futuro colectivo. A este propósito, e citando Karl Popper na parte final da sua intervenção, “o presente nunca é um empurrão, mas um apelo do futuro”, concluiu de uma maneira que sintetiza exemplarmente o que há para fazer, e que, para os sindicatos da FENPROF, há que fazer com urgência: “os professores e as professoras têm um trabalho árduo pela frente na construção da sua identidade profissional e de uma escola democrática e de grande qualidade que deixe, como até agora, de lhes estreitar as suas margens de liberdade e de independência. E vão fazer esse trabalho com toda a esperança, porque ela só morre em quem se derrota a si próprio. Mas os docentes não são desses. São os bandeirantes do futuro e o futuro tem o tamanho e a cor das mãos dos professores e das professoras. Mãos tecedeiras de



JPO

um futuro profissional melhor e de uma escola pública que contribua para uma sociedade de homens e mulheres livres, cultos, críticos, participativos e solidários. É esse futuro que todos nós temos de nos prometer, porque nós habitamos o mundo, e o mundo é a nossa tarefa.

Quanto a **Manuela Esteves**, docente da Fac. Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa e também dirigente do SPGL, começou por salientar que “a identidade profissional não é estática, mas uma construção histórica” e que “a força identitária”, variável segundo contextos histórico-sociais, assenta no estado de seis aspectos da mesma: orientação, vocação, formação especializada, autonomia, deontologia e organização colectiva”. Prosseguiu depois com a clarificação de alguns destes aspectos, como a orientação – o tipo de relação com os destinatários directos (alunos) –, a vocação – a motivação intrínseca para o exercício da profissão –, a deontologia, que tem que ser construída e não recebida de fora, e a organização colectiva, em que destacou a importância da Fenprof e dos seus sindicatos, apesar da pulverização sindical existente. A docente distinguiu ainda, no que respeita à identidade profissional, entre a imagem do interior e a do exterior, referindo que é inegável que é muito boa a imagem que a população em geral tem dos professores, algo que também é fruto da acção dos sindicatos. Aliás, vários estudos permitem constatar que a imagem exterior é superior à que é perspectivada dentro da própria classe. Mas destacou também a importância da acção colectiva para a construção da imagem do interior, designadamente dos vários espaços de socialização profissional, como “a equipa de trabalho docente, a escola enquanto colectivo humano, os espaços de formação e o sindicato e outras organizações profissionais”. Manuela Esteves terminou a sua intervenção recorrendo a uma citação de Claude Dubar: “A identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições”.

### **AVEIRO** *acção dos sindicatos é fundamental*

Intervindo em primeiro lugar, no Museu da Chapelaria (S. João da Madeira), **José Augusto Cardoso** analisou os principais documentos – textos políticos e normativos legais, a começar pelo Estatuto da Carreira Docente – que enformam a situação socioprofissional dos educadores/professores, alertando para os efeitos de uma “cultura competitiva de lógica individualista” na avaliação do desempenho, que vai contra a profissionalidade docente. Na parte final da sua intervenção, o professor da EB2/3 de Souselo (Cinfães), e dirigente do SPN, chamou a atenção para o papel do sindicalismo docente face aos desafios do presente e do futuro, observando: “Precisamos de um sindicalismo mais político, menos sectorial e mais solidário; de um sindicalismo de mensagem integrada e alternativa civilizacional, onde tudo se encontra imbricado com tudo: trabalho e meio ambiente, trabalho e sistema educativo, trabalho e necessidades culturais, trabalho e Estado-providência, trabalho e Terceira Idade, etc.” A importância do sindicalismo seria retomada, depois, por **Isabel Baptista**: “Estão aí momentos muito difíceis, com ataques vindos de



todos os lados. A acção dos sindicatos é e será fundamental nesta difícil situação”. Na sua intervenção, em que abordou os desafios da deontologia e da ética profissional dos educadores/professores, a docente da Universidade Católica (Porto) considerou que “a Escola é uma instituição de referência que tem sido maltratada” e lembrou a participação dos educadores/professores na defesa de uma Escola Pública de qualidade. “A Escola é um local de ruptura”, com responsabilidades fundamentais na construção da cidadania, e “quem está de fora não faz ideia do que é o trabalho do professor”, salientou a directora d’A Página da Educação.

Após as comunicações dos dois convidados – o terceiro, **António Teodoro**, não pode comparecer – desenvolveu-se um dinâmico período de debate, moderado por Manuela Silva (SPN/Aveiro), em que foi sublinhada, entre outros aspectos, a importância do trabalho dos delegados e activistas sindicais nas escolas, onde é preciso reforçar solidariedades e resistir aos ventos de autoritarismo que vão soprando em muitas situações do dia-a-dia.

**José Paulo Oliveira**  
jornalista

JPO

# A MÁ EXPERIÊNCIA DE UMA BOA OPORTUNIDADE



“No 1.º Ciclo, os professores foram desafiados a partilhar o trabalho de educação dos seus alunos com os animadores das actividades de enriquecimento curricular (AEC). Daí resultou um grande mal-estar, porque não se sabe bem qual é o papel de uns e de outros, se os meninos são alunos de uns e animados por outros... Usamos o termo “titular de turma”, mas então o que são os outros quando estão com a turma? Uns reclamam maior influência escolar do que outros...”

Está criada uma situação de grande ambiguidade, que gera tensões e desconforto nuns e noutros, por força da necessidade urgente de estabelecer um reconhecimento, uma reflexão, um pensamento sobre como é que eu, professor, me relaciono com outros actores que também exercem influência educativa sobre os meus alunos. E uma influência tão directa, que passa pela partilha da sala de aula. Esta realidade de se partilhar o espaço e os alunos não é garantia de pertença. Partilhar espaço, quando eu deixo, porque às vezes eu recuso até a partilha do placar, da cola e das tesouras – que deixam de ser dos alunos para serem do professor titular... Hoje vivemos um tempo de redefinição do campo de acção profissional docente, e este campo de acção alarga-se quando reconheço que interajo com outros parceiros educativos que partilham o exercício da influência educativa dos meus alunos.

***Mas a experiência parece ter funcionado mais como factor de perturbação – mais um – do que propriamente de enriquecimento...***

Estas actividades não foram desenhadas de uma forma interessante e continuam a não estar a ser desenhadas de forma interessante em muitos municípios deste país. Mas também há bons projectos. Quando estão bem desenhadas, estas AEC podem ser uma oportunidade de encontro entre diferentes profissionais de educação que partilham uma missão a partir de cenários diferentes, mas que servem a mesma comunidade: a turma.

Eu entendo que se as AEC começaram por ser, na verdade, um elemento perturbador na vida das escolas, porque não se sabia bem qual o papel de uns e de outros profissionais, elas podem ser hoje um pretexto para uma reflexão que eu reclamo como fundamental, que é o professor tornar-se capaz de se pensar en-

quanto profissional da educação. E uma das possibilidades de o professor se pensar, hoje, como profissional, pode ser a partir da sua sala, na relação com os outros actores com quem a partilha.

***Mas as AEC, enquanto programa, têm potencial educativo, de facto, ou servem apenas como depósito ou guarda dos alunos, numa perspectiva mitigada de escola a tempo inteiro?***

Se pensarmos nelas como uma pedrinha no sapato, que, porque gera mal-estar, ajuda a criar condições para debatermos e discutirmos os papéis de uns e de outros, nesse sentido, vale a pena aproveitar. Mas enquanto projecto ministerial, pensado como “enriquecimento curricular”, não é um projecto interessante, porque confunde o tempo escolar com o tempo não-escolar. Menos interessante, ainda, por ser desenhado centralmente (quase), limitando a

contextualização dos projectos a implementar.

A ProdEdições tem publicado um livro que escrevi em parceria com o Rui Trindade [Escola a Tempo Inteiro], onde partilhamos algumas das nossas preocupações, em particular as que passam por ver escolarizado um tempo que deveria ter uma intencionalidade mais transversal, mais cultural, mais lúdica, sem esta dependência da matriz escolar.

Eu reconheço que as AEC são uma medida de indiscutível justiça social, por proporcionarem o acolhimento a todas as crianças que o desejem e que vêm alargada a possibilidade de estar mais algumas horas na companhia de profissionais adultos e com formação adequada para o seu acompanhamento. Na impossibilidade de as famílias as acompanharem, muitas dessas crianças estariam sozinhas em casa, ou na rua, nestas horas de prolongamento escolar.

Agora, não podemos é confundir uma resposta de natureza social com uma resposta de natureza educacional. E aqui vale a pena reafirmar que elas não são uma resposta interessante de natureza escolar. Não, não são. Alargar o horário de uma criança para sete horas de trabalho a ser desenvolvido numa lógica escolar, não é útil, não tem sentido e compromete um e outro projectos. Sendo uma resposta social, tinham que ser encaradas dessa maneira.

### ***E podiam conviver no mesmo espaço escolar?***

Não sendo o ideal, claro que sim. Na maior parte do país, as escolas são provavelmente os melhores equipamentos físicos que há nas freguesias. É muito natural que possam ocorrer na escola estas actividades – e outras, de férias e finais de semana. E não me choca nada que sejam licenciados com o curso de formação de professores a fazer esse trabalho, mas, nessa função, eles não são professores.

Naquelas horas, àquelas horas, eles têm de ser animadores de um outro projecto, de natureza cultural, lúdica e/ou recreativa. E depois, as AEC não podem continuar a fazer uma coisa que fazem, que é secarem grandes experiências de dinamização local, que as autarquias, em parceria com as organizações locais, desenvolvem há anos. Eu conheço autarquias que, ao longo de anos, tinham construído projectos de resposta não curricular, mas social, recreativa, cívica e cultural, e que agora foram arrastadas nesta implementação nacional.

Mais uma vez, o problema é a resposta universal; é a não diferenciação assente em propostas autónomas e reflectidas. Desenhou-se um formato para o país inteiro. Mas as AEC, como vêm desenhadas pelo ministério, podem ser úteis em alguns sítios; noutros, não – como disse, em muitos casos, comprometeram o trabalho que as instituições locais e o movimento associativo já vinham desenvolvendo. E nesse sentido, secaram até

algumas boas experiências. Noutros casos, eram francamente necessárias para regular alguns aventureirismos locais que precisavam de ver reflectido esse empreendimento.

Mas tenho que reconhecer o facto de o ministério assumir a responsabilidade financeira deste acolhimento como um sinal de indiscutível relevância.

### ***E não há riscos de amputação ou esvaziamento curricular?***

Evidentemente! Como não é claro o papel de uns e de outros, há aqui uma sobreposição de funções. E mesmo o nome não é nada feliz... Actividades de “enriquecimento curricular”?... É assumir que o currículo escolar é pobre.

Eu, que fui professora do 1.º Ciclo por formação de base, veria com muito maus olhos a redução do programa apenas à Língua, à Matemática e ao Estudo do Meio, relegando as expressões para um espaço de complemento. É a dimensão escolar que se deve responsabilizar pelo desenvolvimento da expressão





plástica, musical, físico-motora, conforme previsto nos currículos do 1.º Ciclo. As AEC podem ser complementares a esse trabalho e garantir que esse tempo despendido para o prazer da música, da actividade do corpo, etc...

A Escola do 1.º Ciclo tem esses currículos e, que eu saiba, não foram remetidos para segundo plano. Mas receio que, com mais este empurrão, as expressões artísticas acabem por ser abandonadas a um tempo de complemento, como se fosse possível ou desejável separar o cognitivo do afectivo, o racional do expressivo, a educação escolar da educação artística. ...

***E as AEC não têm esses programas curriculares...***

Não, as AEC não têm programa. Não podem, nem devem ter, porque não são uma resposta curricular. Apesar de tudo, o ministério não as desenhou como resposta curricular, porque reconhece que nenhuma criança pode ter sete horas de projecto curricular diário. Não seria possível. Aliás, o ME tem vindo a alertar para a necessidade de as AEC não se curricularizarem, de não se escolarizar ainda mais um tempo que se queria lúdico, mas educativo.

**António Baldaia**

(excerto, não publicado, de uma entrevista com Ariana Cosme para A Página da Educação)

Se pensar em teses de mestrado sobre as AEC que orientei e que arguí, delas ressalta que a experiência não está a ser muito interessante por causa desta formatação adoptada quase de forma generalizada. O potencial educativo desta oportunidade não podia ter sido entendido como uma via de quase prolongamento da Escola, e é isso que está a acontecer. E nós estamos a precisar de melhor escola, não é de mais escola.

***E a possibilidade de essas actividades acontecerem intercaladas com o horário curricular, como parece acontecer em algumas situações?***

Se estiverem bem desenhadas e bem integradas, todas elas constituem um património de formação e educação do aluno, e por isso não me parece que seja um problema aparecerem mescladas com a oferta escolar. Até porque a oferta escolar também precisa de tempos de respiração. Esse não é um grande problema, em meu entender.

Percebo até, como dirigente sindical, que muitas autarquias, para oferecerem um horário de trabalho mais completo a quem contrataram, e por isso com mais dignidade profissional, atribuem o maior número de horas possível a estes profissionais, e isso passa por lhes atribuir horários concentrados, afectando-os ao dia-a-dia das escolas. São esses horários que atravessam o horário curricular dos alunos.

***E o aluno, enquanto decorre a AEC, deixa de o ser? Qual é estatuto dele? Quem é responsável por ele? E o professor faz o quê, nesse entretanto?***

Segundo o despacho, o professor deve acompanhar e tutelar o trabalho a desenvolver com a turma e a fazer a supervisão das AEC... Ele nunca deixa de ser educador dos seus alunos, e vice-versa.

Entendo que é desejável para

todos que se promova uma relação de parceria concertada entre quem divide a responsabilidade da educação das crianças: pais e encarregados de educação, professores titulares, animadores das AEC e outros profissionais de educação.

***Mas como é que ele pode supervisionar algo que lhe é exterior, para cuja definição não foi tido nem achado e que é de responsabilidade exterior à escola?***

O pior é que muitas vezes não sabemos o suficiente sobre este desafio que desafia a construir-se no campo da educação não-formal, num campo mais próximo da animação sócio-cultural do que da prática escolar...

Se as AEC não são uma resposta curricular escolar, eu, como profissional do 1.º Ciclo, não saberia responder a um projecto de natureza da animação sociocultural. Receio que não tenhamos saberes próprios dessa área... Tem que ser prudente essa supervisão que o professor faz, evitando a subordinação dos projectos de animação socioeducativa e lúdica a uma lógica curricular escolar, burocrática.

***... Torna-se um prestador de serviços à autarquia, ou à entidade privada ou pública em quem ela delegar?***

Pois é, essa vinculação é pouco clara e tudo isto cria um grande mal-estar e uma grande confusão de papéis. Por isso, as AEC têm estado associadas a muitos estudos sobre indisciplina. Tudo indica que há mais e maiores problemas de gestão dos comportamentos nas AEC do que nas aulas regulares.

A certa altura, não se sabe bem qual é o estatuto do adulto (professor ou animador?) nem o das crianças – alunos ou utentes? aplica-se-lhes o estatuto de aluno ou de consumidor?... E percebe-se que, de facto, as coisas foram feitas à pressa. Com boas intenções, mas com precipitações...

# PLANO DE ACTIVIDADES DO SPN 2011

Com o brutal ataque que este Governo desferiu contra os trabalhadores, em geral, e contra os funcionários públicos em particular, nomeadamente através da redução salarial e do congelamento das progressões, medidas impostas no Orçamento Geral do Estado, prevêem-se implicações significativas na redução da quotização do SPN, para o ano de 2011.

Feito um estudo sobre a implicação dessas medidas no valor da quotização esperada para o corrente ano, chegámos à conclusão que andará na ordem dos 4,5% a menos. Admitindo também que haverá uma redução de quotização por via do aumento do desemprego, do esperado elevado número de aposentações, bem assim como pela influência directa de factores de ordem subjectiva que resulta da diminuição de rendimento dos docentes e que poderão levar alguns sócios a desvincularem-se, entendeu a Direcção do SPN, como medida preventiva, projectar também no Orçamento para 2011 uma redução de quotização da ordem dos 2,5%.

Assim, o conjunto destas reduções previstas na Quotização para 2011 atinge o valor de 7%.

Naturalmente que, nestas circunstâncias, exigir-se-á um acompanhamento rigoroso da execução orçamental, sem que a principal função do SPN, a actividade sindical na ligação às escolas e aos professores, seja prejudicada.

**1.** A realização do 7.º Congresso dos Professores do Norte será, obviamente, um ponto alto da actividade do SPN ao longo do ano de 2011. No contexto actual, e pela metodologia adoptada para a sua realização, tratar-se-á de um Congresso aberto, à realidade, à vida, aos professores, que procurará reflectir sobre as grandes questões educativas da actualidade, a par das enormes preocupações profissionais decorrentes de uma espiral de ataques aos direitos dos docentes e à própria imagem da profissão.

A preocupação central da Direcção do SPN com a realização deste Congresso é conseguir um momento em que se avance significativamente na formulação de propostas que contribuam para a inversão das nefastas políticas educativas desenvolvidas nos últimos anos e para um necessário reforço da identidade profissional docente, tão maltratada ultimamente. Procuraremos assim obter um conjunto de sólidos contributos que colocaremos, antes de tudo, no seio da FENPROF e que procuraremos desenvolver mais ainda com o conjunto de professores que representam a nossa base de apoio.

**2.** As eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores do Norte, para o triénio 2011-2014, com data ainda não estabelecida em definitivo mas apontadas para o mês de Maio de 2011, serão também um momento significativo na nossa actividade global para o próximo ano.

Serão, como sempre, um momento marcante da nossa vida interna, não só pelo peso institucional que têm na nossa vivência democrática, mas também pela oportunidade que se cria de renovar a Direcção do SPN, aos seus diversos níveis, insuflando-a de quadros mais jovens que possam assegurar boas soluções de continuidade para um projecto com futuro. Um futuro assente no legado histórico do movimento sindical docente progressista do nosso país, mas que não dispensa a inclusão de uma nova geração de sindicalistas que alimentem uma chama que continua bem viva. Estas eleições, como cada uma das anteriores, irão traduzir um novo passo em frente no caminho do SPN, a segunda organização sindical de professores mais representativa deste país.

**3.** A actividade sindical concreta, quotidiana, regular, do nosso sindicato, sempre se fez a partir de uma relação de proximidade muito estreita com as escolas e os professores que nelas trabalham. Por maioria de razão, tal desiderato não pode deixar de estar presente na acção sindical correspondente aos dias que correm. Apesar de tudo, e contra tudo, se for esse o caso.

Nunca como agora foram criados tantos entraves ao desenvolvimento da actividade sindical. Nunca como agora foi tão difícil canalizar os recursos humanos existentes ao nível das direcções sindicais para o trabalho de contacto directo com os professores nas escolas. Por tudo isso, o apelo à militância sindical, desinteressada, voluntária, mesmo com sacrifícios pessoais, nunca foi tão determinante como agora.

Num país que se transformou num recanto do neoliberalismo acrítico, num país que acredita que a solução

para a crise está em maltratar ainda mais os trabalhadores, num país que hipoteca diariamente o futuro com um sorriso imbecil no rosto – acompanhado de todas as vénias ao poder do eixo franco-alemão – num país destes, os trabalhadores de uma maneira geral, e os professores em particular, só podem definir um caminho – o de resistir estoicamente às diatribes de quem manda, o de provar as vezes necessárias que a indignação perante más políticas é um direito de cidadania, o de tentar descobrir que há outras saídas para o atoleiro onde nos meteram. Honrando o seu passado, o SPN assumirá em 2011 o caminho de continuar a desenvolver a acção sindical que contribua para combater esta situação, mobilizando todos os recursos humanos de que dispõe, procurando não descurar nunca a ligação estreita às escolas e aos professores.

O incremento da contestação a medidas do Governo, durante o ano de 2011, exigirá do SPN uma permanente ligação aos seus sócios, activistas, delegados e dirigentes, fundamentalmente através dos meios de informação e comunicação de que dispõe. A melhoria crescente dessa ligação, que se tem vindo a verificar, resultante das medidas aprovadas pelos órgãos executivos, e que têm sido postas em prática pelos dirigentes responsáveis pela área, será um dos objectivos certamente atingido.

As dificuldades previsíveis para a actividade sindical exigirão uma utilização plena dos meios tecnológicos existentes, cuja qualidade tem aumentado, mantendo informados, especialmente, os dirigentes sem reduções e os delegados sindicais.

Nos últimos meses a informação disponibilizada, nomeadamente via e-mail, possibilitou a um número muito elevado de sócios (que se pretende alargar à medida que nos forem disponibilizados os mails) um conhecimento quase imediato, quer de legislação, quer das posições e acções do SPN e da Fenprof, e, mesmo, do mais relevante produzido pela comunicação social. Será mantido o esforço nesse sentido.

As alterações iniciadas na página da net permitirão, também, para lá de uma mais fácil procura de informação, uma maior visibilidade à actividade do SPN e uma melhor interacção com os sócios. A “Spn-informação” e “A Página da Educação” que têm merecido os elogios dos nossos sócios, pela qualidade informativa e pela actualidade das temáticas apresentadas, continuarão a merecer uma atenção especial da Direcção, reconhecido que é o seu papel imprescindível. Nestes tempos conturbados justificar-se-á o esforço que será efectuado para a sua presença regular junto dos sócios.

**4.** O SPN não abdicará, apesar do momento recessivo que se vive em termos de receitas, de prosseguir uma linha de intervenção ajustada às mais nobres ideias que sustentam a chamada Educação para o Desenvolvimento, que não pode deixar de incluir as perspectivas de acção solidária com todos aqueles que, em cada momento, consideremos mais credores desse tipo de actuação, e de que é exemplo recente – mas significativo – a causa da República Árabe Saharaui Democrática, da independência do país e da libertação desse povo subjugado aos desígnios colonialistas de Marrocos, sustentado nos interesses económicos que sustentam tão iníqua situação, e de que a União Europeia e Portugal têm sido cúmplices activos.

**5.** No ano de 2011 será também concluído, com as respectivas repercussões orçamentais, um processo já iniciado de reestruturação das carreiras dos funcionários do SPN. Tal medida resulta de um compromisso assumido pela actual Direcção de reconfigurar o estatuto dos profissionais que servem a estrutura orgânica do nosso Sindicato, com vista a adequar o seu desempenho às necessidades funcionais do SPN e a dignificar, em simultâneo, o seu indispensável contributo para a eficácia da acção sindical que continuaremos a desenvolver.

**6.** Sendo a formação sindical, nomeadamente de novos dirigentes e de delegados sindicais, uma preocupação que sempre tem estado presente ao longo de todo este percurso de 28 anos, há que assumir que a sua tradução em realizações concretas tem sido pouco mais que incipiente, de um carácter tão esporádico e amador, que não dá garantias de pensarmos numa resposta credível e sistemática, ao serviço da necessária renovação de quadros sindicais que precisamos para hoje e para o futuro próximo.

É com esta consciência, mas também com a noção que uma matéria destas ganha em ser pensada no plano nacional, que o SPN irá propor à FENPROF que avance já em 2011 com a elaboração de um projecto sólido de formação sindical que possa vir a preencher com êxito esta preocupante lacuna. Assim sendo, nele nos envolveremos da forma mais empenhada possível.

# ORÇAMENTO 2011

<b>991</b>	<b>CUSTOS FUNCIONAMENTO ESTRUTURA</b>	<b>1 486 780,00</b>	<b>9953</b>	<b>MEIOS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>205 200,00</b>
9911	encargos salariais	1 070 280,00	99531	SPN-Informação	80 000,00
9912	honorários	146 000,00	99532	Profedições	120 000,00
9913	instalações	102 000,00	99533	Internet SPN	5 200,00
99131	encargos diversos	100 000,00	<b>9954</b>	<b>DELEGAÇÕES</b>	<b>67 050,00</b>
99132	pequenas obras / reparações	2 000,00	<b>99541</b>	<b>Distrital Aveiro</b>	<b>9 400,00</b>
9914	comunicações	59 300,00	995411	S. João da Madeira	2 700,00
99141	telefones/fax	7 800,00	995412	Santa Maria da Feira	6 700,00
99142	telemóveis	35 500,00	<b>99542</b>	<b>Distrital Braga</b>	<b>15 900,00</b>
99143	internet	15 100,00	995421	Braga	6 300,00
99144	assinaturas	0,00	995422	Guimarães	6 500,00
9915	despesas bancárias	25 000,00	995423	V. N. Famalicão	3 100,00
9916	reparações e assistências técnicas	10 500,00	<b>99543</b>	<b>DISTRITAL BRAGANÇA</b>	<b>7 850,00</b>
99161	viaturas	2 000,00	995431	Bragança	6 650,00
99162	viaturas dirigentes	1 000,00	995432	Mirandela	1 200,00
99163	outro equipamento	7 500,00	<b>99544</b>	<b>DISTRITAL PORTO</b>	<b>24 400,00</b>
9917	outros custos funcionamento	57 700,00	995441	Porto	14 800,00
9913	material de escritório	9 100,00	995442	Póvoa de Varzim	4 300,00
99172	garagem / estacionamento	44 000,00	995443	Amarante	4 300,00
99176	serviços informáticos	4 000,00	995444	Penafiel	1 000,00
99177	diversos	600,00	<b>99545</b>	<b>DISTRITAL VIANA DO CASTELO</b>	<b>4 950,00</b>
9918	seguros	16 000,00	995451	Viana do Castelo	3 950,00
<b>992</b>	<b>QUOTIZAÇÕES</b>	<b>424 470,00</b>	995452	Monção	1 000,00
9921	Fenprof	215 670,00	<b>99546</b>	<b>DISTRITAL VILA REAL</b>	<b>4 550,00</b>
9922	Confederação de Quadros	10 100,00	995461	Vila Real	1 950,00
9923	Universidade Popular do Porto	1 200,00	995462	Chaves	2 600,00
9924	Instituto Irene Lisboa	0,00			
9925	CNASTI/ATACC	500,00		<b>TOTAL DE CUSTOS</b>	<b>2 713 000,00</b>
9926	CGTP/IN	150 000,00			
9927	uniões de sindicatos	47 000,00		<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>2 713 000,00</b>
<b>993</b>	<b>INICIATIVAS CONJUNTAS / SOLIDARIEDADE</b>	<b>29 900,00</b>		JUROS DEPÓSITOS A PRAZO	3 000,00
9931	Frente Comum	2 100,00		QUOTIZAÇÃO	2 710 000,00
9932	CGTP/IN	22 800,00			
9933	Confederação de Quadros	0,00			
9939	outras iniciativas / solidariedade	5 000,00			
<b>994</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>73 000,00</b>			
9941	equipamentos	3 000,00			
9942	sedes / SPN	70 000,00			
9932	Frente Comum	22 800,00			
9933	CGTP/IN	0,00			
<b>995</b>	<b>ACTIVIDADE SINDICAL</b>	<b>698 850,00</b>			
9951	Funcionamento Estrutura Direcção	62 400,00			
99511	despesas de coordenação	6 000,00			
99512	Comissão Executiva	62 400,00			
99513	Conselho Fiscal e de Jurisdição	200,00			
99514	despesas de representação	7 500,00			
99515	outros organismos	25 000,00			
99516	Corpos Gerentes	13 000,00			
9951	Funcionamento Estrutura Direcção	6 000,00			
<b>9952</b>	<b>DEPARTAMENTOS</b>	<b>364 200,00</b>			
99521	Apoio a Sócios	125 000,00			
99522	Educação p/ Desenvolvimento	7 500,00			
99523	Organização Sindical	130 000,00			
99524	Informação	98 500,00			
99525	Ensino Superior	3 200,00			

**SETEMBRO**  
**I Série**

**02. Lei 34/10**

Altera o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, no capítulo referente às garantias de imparcialidade (terceira alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro).

**02. Lei 39/10**

Segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, e alterado pela Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro.

**20. Portaria 926/10**

Estabelece os procedimentos a adoptar sempre que, por força do exercício de cargos ou funções não possa haver lugar à observação de aulas prevista no artigo 9.º do Decreto Regulamentar 2/2010, de 23 de Junho.

**II Série**

**13. Despacho 14.245/10**

Subdelegação de competências do Secretário de Estado da Educação no Director Regional de Educação do Norte, António Leite.

**14. Despacho 14.368-A/10**

Regulamenta as condições para atribuição dos auxílios económicos no âmbito da Acção Social Escolar.

**15. Despacho 14.420/10**

Aprova as fichas de avaliação global de desempenho do pessoal docente.

**20. Parecer 5/10**

Parecer do Conselho Nacional da Educação sobre Metas Educativas 2021.

**OUTUBRO**  
**I Série**

**22. Portaria 1.100/10**

Aprova o programa de formação em competências básicas, designado por programa que visa a aquisição por parte dos adultos, de competências básicas de leitura, escrita e uso de tecnologias de informação e comunicação para a sua posterior integração.

**22. Decreto-Lei 116/2010 [MTS]**

Cessa o abono de família correspondente aos 4.º e 5.º escalões de rendimentos.

**28. Portaria 1.113/10**

Fixa o abono de família para crianças e jovens.

**II Série**

**11. Despacho 15.293/10**

Subdelegação de competências dos vice-presidentes do Instituto Camões.

**11. Despacho 15.321/10**

Reconhece como habilitação profissional para o exercício da função docente, a conclusão do curso de pós-graduação de especialização em Ensino da Informática e do curso de pós-graduação de especialização em Ensino da Economia e Contabilidade, ministrados pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa até ao final do ano lectivo 2009-2010.

**18. Despacho 15.637/10**

Subdelegação de competências do Secretário de Estado da Educação no Director Regional de Educação do Norte.

**22. Despacho 16.034/10**

Estabelece os padrões de desempenho docente a nível nacional.

**NOVEMBRO**  
**I Série**

**16. Portaria 1.181/10**

Define os procedimentos de criação, alteração e extinção de agrupamentos de escolas e de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, do Ensino Básico e do Ensino Secundário da rede pública do Ministério da Educação.

**19. Portaria 1.191/10**

Mantém as estruturas de coordenação do Ensino Português no Estrangeiro.

**II Série**

**22. Despacho 17.491/10**

Mantém em funcionamento, até 31 de Dezembro de 2010, a Equipa de Concessão de Equivalências criada pelo Despacho 28.067/2008, de 31 de Outubro.

**24. Despacho 17.645/10**

Manda aplicar o Despacho n.º 4913-B/2010, de 15 de Março, aos docentes em exercício de funções de administração e gestão nos agrupamentos.

**DEZEMBRO**  
**II Série**

**03. Despacho 18.020/10**

Estabelece que a avaliação de desempenho dos docentes em regime de mobilidade seja feita nos termos do regime geral do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública.

**03. Despacho 18.060/10**

Estabelece as regras de apresentação das propostas dos docentes para o exercício da função de classificadores dos exames nacionais dos ensinos Básico e Secundário.

**03. Despacho 18.061/10**

Permite que um aluno do 1.º Ciclo com 8 anos de idade possa completar o 1.º Ciclo em três anos.

**03. Despacho 18.064/10**

Fixa o número de adjuntos dos directores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril.

**14. Despacho Normativo 29/10**

Excepcionalmente, pode um aluno concluir o 1.º Ciclo com 8 anos de idade, dependendo a transição ao 2.º Ciclo de despacho do membro do Governo responsável pela área da Educação. Revoga o Despacho n.º 18.061/10, de 3 de Dezembro.

# Profesorado galego revalida apoio á CIG nas eleccións sindicais

O día 9 de decembro celebráronse na Galiza as eleccións sindicais para coñecer a representatividade sindical entre os máis de 31.000 profesores e profesoras que exercen o seu labor docente no ensino público non universitario.

Con este sistema que se emprega desde o ano 1987, cada catro anos o profesorado elixe os seus representantes, sendo os resultados das eleccións os que definen a proporcionalidade da representación sindical nas mesas de negociación coa administración educativa, no noso caso coa Consellería de Educación do goberno galego que é quen ten as competencias educativas. Nas eleccións ten dereito a voto todo o profesorado en activo sendo locais de votación todas as escolas que contan con máis de 6 unidades en funcionamento, aínda que a representación non é por escola senón que o día 9 elixíronse 146 delegados e delegadas (10 máis que hai catro anos) en toda a Galiza repartidos nas catro provincias proporcionalmente ao número de docentes.

Lendo no número do mes de novembro da SPN-INFORMAÇÃO o editorial e os artigos referidos á manifestación do 6 de novembro da administración pública en Portugal e á convocatoria de greve xeral do 24 podemos concluir que son moi semellantes os problemas do profesorado portugués e do profesorado galego.

A crise económica, a redución dos nosos salarios, o ataque aos dereitos laborais e a degradación das condicións de traballo, a actitude autoritaria do goberno, o posíbel aumento da idade de reforma até os 67 anos eliminando o dereito que temos a facelo voluntariamente aos 60 anos, a redución dos orzamentos destinados ao ensino público e o aumento dos que se destinan ao ensino privado, xunto coa dura campaña mediática contra o sindicalismo de clase e a política de agresión constante do goberno do PP ao idioma galego, tentando desterralo do sistema educativo, compoñían o marco de celebración destas eleccións.

**O profesorado galego amosou que en épocas duras como a actual precísase afortalar aínda máis o sindicalismo comprometido e combativo, de xeito que a CIG-ENSINO revalidou a súa posición de primeira forza sindical, aumentando o seu apoio.**



Das seis opcións sindicais que se presentan na Galiza hai cinco que dependen de sindicatos españois e só unha é plenamente galega, a CIG-ENSINO, que se define como sindicato nacionalista e de clase comprometido claramente co ensino público galego e que desde o 1987 veu sendo apoiada maioritariamente polo profesorado até chegar nas eleccións sindicais de 2006 a un apoio do 40% do profesorado e 53 representantes dos 136 que se elixiron.

Era complexo aumentar ese apoio e ademais a Consellería de Educación tiña manifestado publicamente a inicios do presente curso escolar a súa preocupación co que poidera acontecer nas eleccións sindicais, pois de darse un avance da CIG-ENSINO consideraríaio como un rexeitamento do profesorado á política educativa do goberno do Partido Popular, e a Consellería actuou ao longo destes meses tentando condicionar os resultados.

Pero o pasado día 9 o profesorado galego amosou que en épocas duras como a actual precísase afortalar aínda máis o sindicalismo comprometido e combativo, de xeito que a CIG-ENSINO revalidou a súa posición de primeira forza sindical aumentando o seu apoio, dado que o 43,50% do profesorado votou ás nosas candidaturas e obtivemos 62 delegados/as dos 146 que se elixían, sendo ademais a CIG-ENSINO o único sindicato que aumentou ao mesmo tempo en número de votos, en número de representantes e en porcentaxe.

Despois de agradecer aos compañeiros e compañeiras este apoio a CIG-ENSINO xa anunciou que exixirá a apertura de negociacións para acadar unha lei galega de educación, a derogación da normativa contraria ao uso do galego no ensino e a volta ao consenso lingüístico, un estatuto do profesorado galego, maiores orzamentos para o ensino público, o restabelecemento dos nosos salarios e das pagas extras, a consecución do dereito indefinido á reforma anticipada, a redución do número de alumnos/as por aula, o restabelecemento da xornada reducida de xuño e setembro, a redución horaria aos maiores de 55 anos, amplas ofertas públicas de emprego, a dotación de profesorado suficiente nos centros, a dotación de administrativos/as en todos os centros e a estabilidade do profesorado interino, etc.

*Duarte Correa Piñeiro*

# Compreender melhor o drama no Sahara Ocidental

**A mudança da situação é possível. A pressão internacional e o fim do bloqueio informativo podem ajudar a essa mudança. E cada um pode dar o seu contributo.**

Os acontecimentos com contornos de massacre ocorridos no início de Novembro, em Gdeim Izik, nos arredores de El Aiún (capital ocupada do Sahara Ocidental) – tropas e forças policiais marroquinas destruíram um acampamento onde, há mais de um mês, cerca de 20 mil saharauis reclamavam pacificamente por melhores condições de vida, a não espoliação dos recursos naturais do território e o direito à autodeterminação – foram objecto de um voto de protesto apresentado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista e aprovado por unanimidade, em que se exige o respeito pelos Direitos Humanos e se defende o livre acesso da Comunicação Social ao território. De facto, como reconhece o representante da Frente Polisário nas Nações Unidas, Ahmed Bujari, em entrevista ao jornal espanhol «El Mercantil Valenciano», não é de excluir o regresso às armas, após a resposta vaga da comunidade internacional ante os sangrentos acontecimentos. São cada vez mais os jovens saharauis que dizem negar-se a aguentar mais 20 anos de negociações, enquanto o ocupante marroquino continua impunemente a explorar os recursos naturais saharauis e a espezinhar um povo que quer ser senhor do seu destino.

## Alguns acontecimentos

**1936.** Ocupação do Sahara por Espanha (já estava na região há mais de 50 anos).

**1956.** A Organização das Nações Unidas (ONU) proclama o direito à autodeterminação do povo saharauí, instando a Espanha a agilizar a descolonização do Sahara Ocidental.

**1973.** Formação da Frente Polisário, movimento político e militar que defende os direitos do povo saharauí.

**1975.** As tropas espanholas abandonam o Sahara, abrindo caminho à ocupação militar marroquina. Hassan II organiza a Marcha Verde, pretensamente civil e pacífica, para ocupar o território. Esta ocupação foi marcada por um bloqueio informativo, ao mesmo tempo que se retransmitiam as suas etapas, não se dava qualquer informação da entrada do exército marroquino no território saharauí.

**1976.** Marrocos assume o controlo do território. Começam os enfrentamentos armados entre o Exército de Libertação Popular Saharauí e as Forças Armadas Reais Marroquinas. A população civil saharauí vê-se obrigada a fugir para a região argelina de Tindouf.

**1991.** O Conselho de Segurança das Nações Unidas estabelece um plano de paz e cria uma Comissão Especial para o Referendo no Sahara Ocidental (MINURSO), pondo fim a 16 anos de guerra.



**Muro.** Entre 1980-1987, Marrocos construiu um muro com mais de 2.700 km, mantendo separadas muitas famílias, afastando os saharauis das cidades mais importantes e assegurando a usurpação dos seus recursos naturais. Este “Muro da Vergonha”, 60 vezes maior do que o muro de Berlim, é o segundo maior do planeta, depois da Muralha da China. É constituído por um conjunto de muros de areia, pedra, cercas e campos minados, com sistemas de detecção, radares e bunkers. É vigiado por mais de 125 mil soldados, em postos defensivos em cada 4 ou 5 km. A sua manutenção está estimada em 2 milhões de euros diários.

**População.** Vive separada, em territórios ocupados, territórios libertados e campos de refugiados:

Zona ocupada - são mais de 300 mil os saharauis que aí vivem. Possui enormes riquezas em fosfatos e uma zona costeira com grande riqueza pesqueira. É descrita como a maior prisão do mundo a céu aberto. Nesta zona ocupada, as violações dos direitos humanos por parte dos militares marroquinos são uma constante. As torturas, os sequestros, as violações, as prisões em condições infra-humanas e a proibição dos direitos mais elementares são uma constante.

Zona libertada - franja do deserto mais árido, com mais de 5 milhões de minas anti-pessoais que causam grande quantidade de vítimas entre a população e o gado.

Campos de refugiados - em território argelino, em La Hamada, a zona mais inóspita e pedregosa do Sahara. Estima-se que vivem nestes campos, graças à ajuda humanitária, mais de 165 mil pessoas. Estes acampamentos (5) são dirigidos por um governo da Frente Polisário. Os refugiados saharauis vivem aqui sem água corrente, sem rede eléctrica e com enormes carências nas áreas da saúde e da educação. Esta situação de absoluta precariedade tem mais de 33 anos.

**Nações Unidas.** A ONU – que durante todos estes anos tem mantido uma neutralidade cúmplice com as violações dos Direitos Humanos – não tem agido no sentido de exigir e garantir a realização de um referendo justo e respeitoso para ambas as partes, permitindo que Marrocos continue a assegurar grandes vantagens económicas com a exploração dos importantes recursos naturais do Sahara (fosfatos e pesca). Situação que se mantém, também, pelo facto de este conflito ser “esquecido” pelos meios de comunicação.

### O que pedem os saharauis?

O povo saharauí, que desde 1991 mantém uma postura de grande dignidade, lutando pacífica e democraticamente pelos seus direitos, pede:

- a realização de um referendo para a autodeterminação, tal como a ONU proclamou em 1965.
- o fim da violação dos Direitos Humanos nos territórios ocupados
- o fim da ocupação por Marrocos e a cessação da exploração das riquezas naturais que não lhe pertencem.

*Henrique Borges*  
Direcção do SPN



*Em flagrante violação do Direito Internacional*

## Israel no lado errado da moralidade

Na primeira sessão do Tribunal Russell sobre a Palestina (TRP) – Barcelona, 1 a 3 de Março de 2010 – foram tratadas as violações do Direito Internacional cometidas por Israel, bem como os incumprimentos da União Europeia e dos seus Estados-membros de regras desse mesmo Direito que os obrigam a reagir àquelas violações.

A segunda sessão do TRP, realizada em Londres, entre 20 e 22 de Novembro, abordou a cumplicidade das empresas internacionais na ocupação ilegal dos territórios da Palestina por parte de Israel (há mais de 40 anos), só possível pela passividade e cumplicidade de alguns países e de grandes empresas internacionais. A importância destas empresas na política mundial – algumas mais poderosas e ricas do que alguns Estados – é hoje reconhecida por todos, e a implicação de algumas em actividades ilegais é um facto que deve ser denunciado. Estas foram as razões que levaram a que a segunda sessão do TRP tivesse como tema “A cumplicidade das corporações na violação por parte de Israel do Direito Internacional, dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário”.

Constituído por oito membros de reconhecido prestígio internacional – José Martín Pallin, Michael Mansfield, John Dugard, Ronald Kasrils, Mairead Corrigan Maguire, Cynthia McKinney, Aminata Traoré (que não pode estar presente) e



Anthony Gifford –, o júri declarou, após as deliberações, suportadas na audição de vários especialistas, que tinha sido confrontado com “provas irrefutáveis da cumplicidade de várias corporações nas violações do Direito Internacional por parte de Israel”.

O jurado Michael Mansfield afirmou que “tanto Israel como as empresas cúmplices violam claramente os direitos humanos internacionais e o direito humanitário”, referindo-se “ao fornecimento de armas, à construção e manutenção ilegal do muro de separação” e ao fornecimento de serviços destinados aos colonatos ilegais de Israel na Cisjordânia, tendo identificado e dado exemplos de empresas cúmplices. Foi ainda feito um apelo à mobilização da sociedade civil para acabar com o envolvimento das empresas nas violações israelitas dos direitos humanos.

**Henrique Borges**  
*Direcção do SPN*

### O TRIBUNAL RUSSELL SOBRE A PALESTINA

O Tribunal Russell sobre a Palestina (TRP), iniciativa da Bertrand Russell Peace Foundation, é um tribunal popular internacional criado por cidadãos e cidadãs comprometidos com o fomento da paz e da justiça no Médio Oriente. Apresenta o mesmo espírito e segue as normas de rigor do tribunal criado por Bertrand Russell para o Vietname (1966-1967) e do Tribunal Russell sobre a América Latina (1974-1976). Integram o seu Comité Internacional de Apoio individualidades distinguidas com prémios Nobel, um ex-secretário-geral das Nações Unidas, ex-chefes de Estado e numerosas personalidades da sociedade civil: escritores, actores, cientistas, professores, magistrados, advogados e jornalistas, entre outros.

Na sequência do incumprimento, por parte de Israel, da Resolução ES-10/15, de 20 de Julho de 2004, da Assembleia-Geral das Nações Unidas, relativa à aplicação da “opinião consultiva” de 9 de Julho desse mesmo ano do Tribunal Internacional de Justiça, sobre a construção de um muro no território ocupado da Palestina, bem como a deterioração da situação vivida no Médio Oriente, que se seguiu à ofensiva israelita contra Gaza (Dezembro de 2008 e Janeiro de 2009), foram criados, um pouco por todo o mundo, vários comités com o intuito de promover e apoiar uma iniciativa cívica em favor dos direitos do povo palestino, tendo como referência o Direito Internacional Público.

O trabalho do TRP desenrola-se em várias sessões que abordam diferentes aspectos das cumplicidades de Estados, organizações internacionais e corporações, que, pela sua passividade ou pelo apoio activo, permitem que Israel mantenha a ocupação de territórios palestinos e que perpetue repetidas violações do Direito Internacional.

# O inimigo n.º 1, a crença na verdade e o que está verdadeiramente em causa

**“Na sua visita à China, o Presidente Obama participou num encontro aberto com uma componente on-line. Na resposta a uma questão que recebeu pela Internet, defendeu o direito dos indivíduos a aceder livremente à informação, e sustentou que quão mais livremente circular a informação, mais fortes se tornam as sociedades. O Presidente Obama falou acerca do modo como o acesso à informação ajuda os cidadãos a pedir contas e a responsabilizar os seus governos, gerando novas ideias e encorajando a criatividade. A crença dos Estados Unidos nessa verdade é o que, hoje, me traz aqui” [Hillary Clinton, Secretária de Estado dos EUA, num discurso sobre a liberdade na Internet, em 21.01.2010].**

Recordo estas palavras a propósito de Julian Assange, a cara visível do portal Wikileaks, que decidiu entregar-se pessoalmente à Justiça britânica, deixando de ser o homem mais procurado do mundo, como vários meios de comunicação o denominaram, desde que a Interpol emitiu, a pedido da Justiça sueca, uma ordem de captura internacional.

A acusação de violação que pesa sobre ele fundamenta-se, entre outros factos, em ter praticado sexo desprotegido e em ter tido dois encontros amorosos numa semana com duas mulheres diferentes, Sofia Wilén e Anna Ardin.

Mas quem são estas mulheres que o acusam e a que se dedicam? Detalhes omitidos de forma generalizada pelos meios de comunicação... Uma delas, Anna Ardin, nascida em Cuba e residente na Suécia, parece ter vínculos com grupos financiados pelos Estados Unidos contra Fidel Castro, de acordo com uma investigação publicada por Israel Shamir e Paul Bennett no CounterPunch.

São vários os analistas que insistem no absurdo deste processo, sendo de opinião que tudo isto mais não é do que uma maneira de desacreditar publicamente Assange, já que não há forma legal de o condenar por divulgar documentos secretos no Wikileaks, como pretendem vários senadores dos Estados Unidos da América (EUA).

O democrata Joseph Lieberman encabeça uma proposta de lei para que Julian Assange seja julgado e obrigado a revelar a sua fonte de informação. Este projecto, já conhecido como Acta Shield – seria uma emenda à Acta de Espionagem, que proíbe a divulgação

de informação classificada dos Estados Unidos –, obrigaria a revelar a identidade dos informadores e suas actividades. “Esta lei ajudará a responsabilizar criminalmente os que põem em perigo informações vitais para proteger os nossos interesses de segurança nacional”, disse recentemente Lieberman.

Fica uma primeira pergunta: poderá o Wikileaks ser julgado usando esse normativo, não sendo os seus administradores cidadãos norte-americanos, nem as leis retroactivas? O analista canadiano Jean Guy Allard, em entrevista ao canal multinacional Telesur, assegurou que o processo que Assange enfrenta é uma armadilha. Allard sustenta que as publicações do australiano acabaram com a credibilidade da diplomacia norte-americana, para além de revelarem o verdadeiro propósito dos seus serviços de inteligência, baseado na recolha de informações para serem utilizadas com fins desestabilizadores.

A prisão preventiva de Assange em Inglaterra não é mais do que o primeiro passo de um cerco que se fecha sobre a sua pessoa, agora publicitada como sendo o inimigo n.º 1. Uma outra pergunta: afinal o que estará em causa?



**Henrique Borges**  
Direcção do SPN

# AY MADRID, MADRID! ... ME ENCANTA

Passámos a fronteira num rolar da camioneta que nem se deteve nem abrandou. Estamos na UE. Antes havíamos parado na Guarda, a ver a Sé e o grande largo que a olha de frente. É bonito o largo assimétrico; é imponente a silhueta da Sé. Fora isto, a cidade alcantilada sobre os vales trepa pelas colinas até à porta estreita das muralhas que, dobrando à direita, se abre para uma série de ruas estreitas.

Depois de Vilar Formoso, foi sempre em frente, em direcção a Madrid. Uma viagem monótona, em grande parte feita de noite, sem um sítio agradável para parar. A auto-estrada não é paga, mas também não oferece nenhum serviço de acolhimento aos viajantes. Único momento verdadeiramente belíssimo, o pôr-do-sol que gozámos num apeadeiro desagradável, onde, por força das circunstâncias, tivemos de parar uns minutos.

O hotel onde ficámos na capital espanhola estava situado numa rua estreita perto da Gran Vía, o mesmo é dizer, perto da zona central da cidade. Um hotel bem situado, mas cuja qualidade não condizia com as quatro estrelas que ostentava na porta da entrada.

Madrid revelou-se, para quem, como eu, nunca lá tinha estado, uma cidade luminosa (apesar do mau tempo), espaçosa, bonita, com grandes avenidas, praças monumentais – quem não se extasia na Cibele, quem não se deixa prender pela Praça Maior, repassando com os olhos encantados os edifícios rosa que preenchem os quatro lados de um vasto quadrado?! De cabeça sempre erguida, não nos cansamos a olhar os ferros forjados que ornamentam, num quase contínuo, varandas e janelas numa rua, outra e outra, numa surpresa que não pára e não cansa. E depois há os palácios, que vamos descobrindo ao longo de praças e avenidas, uns mais austeros, outros mais barrocos, numa sedução encantada para a vista.

Palácio é uma palavra que serve a edifícios de porte grandioso, mas que pode designar uma gama muito vasta de modelos arquitectónicos, quer em tamanho, quer no delineamento das formas, quer mesmo na sua vetustez ou modernidade. Mas os palácios, quando carregados de História, e sobretudo da História que nos toca, provocam (será que em todos?) um arrepio na nossa consciência ancestral e, se estão carregados de riquezas, uma pergunta espantada que não tem resposta. Ao percorrer os salões lindíssimos do Palácio Real (já agora, o edifício mais bonito e grandioso que alguma vez vi); ao olhar as riquezas: pinturas, ouro, prata, porcelanas, brocados, candelabros, até um quarteto de stradivarius; ao imaginar o fausto que ali se viveu e que ainda hoje se vive – interrogo-me sobre o porquê de uns terem tudo só porque os acasos da política, da fortuna ou do nascimento os pôs no cimo da pirâmide social, enquanto outros sobreviviam na mediania e a maioria rastejava na pobreza e na miséria.

Hoje não é tanto assim? Não, mas só onde a fasquia das classes não privilegiadas subiu. Quanto à presunção e fausto dos senhores do poder, a mudança não terá sido grande.



Outros palácios que visitei: Prado, Aranjuez e Escorial.

O Escorial surgiu a nossos olhos no meio de um manto de neve que cobria toda a serra de Guadarrama e por entre um frio fininho que perfurava a roupa. É um misto de palácio de reis e convento e onde se visita o panteão da família real – alabastro verde para os reis e mães de reis; túmulos em alabastro ou mármore branco para os infantes. Também na morte os grandes senhores são diferentes do comum mortal... Mas neste palácio encontramos manifestações de uma das facetas da personalidade de Filipe II – o seu lado ascético. Não deixa de ser impressionante a “pobreza” do quarto onde morreu. Através de uma janela que abre sobre o altar-mor da enorme e rica igreja do convento, o rei assistia diariamente à missa. E aqui ainda, o poder. Quem poderia ter tal privilégio, se não o rei?

Aranjuez, visto da entrada, tem uma arquitectura em U com imponentes gradeamentos e portões em ferro forjado. Lá dentro, mais uma vez, muita riqueza, mas por vezes com pouco gosto. O quarto de Isabel II devia fazer-lhe pesadelos quando lá dormia. Um horror! O concerto de Joaquín Rodrigo, que leva o nome deste palácio e provavelmente foi inspirado por ele, consegue ser bem mais bonito.

Por fim, não posso deixar de referir a visita ao Museu do Prado. Por fora, um belo e extenso palácio, ornado de estátuas de grandes figuras e bordejado por uma avenida cheia de árvores. Lá dentro, um deslumbramento, mesmo para quem, como eu, não percebe de pintura. Flamengos, barrocos, Velásquez, Murillo, El Greco, Goya... Vi e aprendi muito com o esplêndido guia que nos coube em sorte. Para gostar é preciso entender, e como compreendi melhor, também apreciei melhor.



Já o Museu Rainha Sofia, de Arte Contemporânea, foi uma desilusão. O edifício, um antigo hospital, é frio e desinteressante. Das obras de arte lá expostas, não direi nada porque não entendo, e portanto não gosto. Esperava ver um bom espólio de Picasso, mas, ou não soube procurar, ou as obras ali expostas limitam-se a um período da sua extensíssima e variadíssima obra – o cubismo, se estou certa.

No dia em que visitei este museu chovia e estava muito frio, por isso fomos refugiar na estação de Atocha, para um bom, doce e tradicional chocolate quente. É uma estação que vale a pena ver, ampla, moderna e, por fora, de uma arquitectura que prende os olhos. A recordar os mortos do atentado que a destruiu, foram plantadas árvores no interior, uma por cada vítima, que em conjunto fazem um belo jardim tropical.

Para terminar esta vista de olhos sobre a cidade, falta-me recordar os belíssimos edifícios ultra-modernos na parte final do Paseo de La Castellana, compridíssima avenida que atravessa uma boa parte da cidade e onde se encontram palácios muito interessantes e, já agora, o estádio Santiago Bernabeu. São, esses edifícios, todos em vidro, de grande altura e formas caprichosas. Começam por duas torres inclinadas na Plaza de Castilla e continuam ao longo da espaçosa avenida. Não são muitos, mas são extraordinários e fazem jus à beleza, à elegância e à riqueza de recursos da arquitectura contemporânea.

Na manhã em que saímos de Madrid, o sol lá foi aparecendo de tempos a tempos e, nesses intervalos, a neve que cobria as montanhas de Guadarrama brilhava à nossa frente. Um espectáculo de encher os olhos. Atravessado o túnel que trespassa a montanha – mais de três quilómetros debaixo de terra – aparecemos do lado de lá da serra e durante muito tempo viajámos por entre um planalto, ora verde, ora castanho, até nos apercebermos de Ávila, parcialmente escondida pelas altas muralhas com seus torreões maciços de granito. Já a avistáramos toda iluminada, destacando-se na noite, quando viajámos para Madrid. Um espectáculo!

**Maria Manuela Cunha**  
sócia n.º 6051 do SPN

## LABORATÓRIO DE GASTRONOMIA MOLECULAR

Os workshops de Gastronomia Molecular promovidos pelo Clube Visionarium têm como principal objectivo a transmissão de ensinamentos e de práticas inovadoras. São abordados conceitos relacionados com as diferentes formas de confecção de alimentos, através da aplicação dos princípios da nutrição em novos processos de confecção. As sessões, que decorrem entre as 10h-17h, têm início com uma breve apresentação teórica, contextualizando a Bioquímica Alimentar na produção e confecção de alimentos, seguindo-se uma abordagem histórica da gastronomia molecular. As sessões incidem na realização de diferentes actividades práticas, com enfoque nas diversas técnicas da gastronomia molecular e suas aplicações na cozinha. No decorrer da actividade, os formandos podem explorar o comportamento molecular dos vários intervenientes na cozinha para apurar técnicas de confecção e descobrir novos ingredientes. As bases gastronómicas que fazem parte deste laboratório são o ágar, o alginato e o azoto líquido. As próximas sessões têm lugar nos dias 29 de Janeiro e 26 de Março.

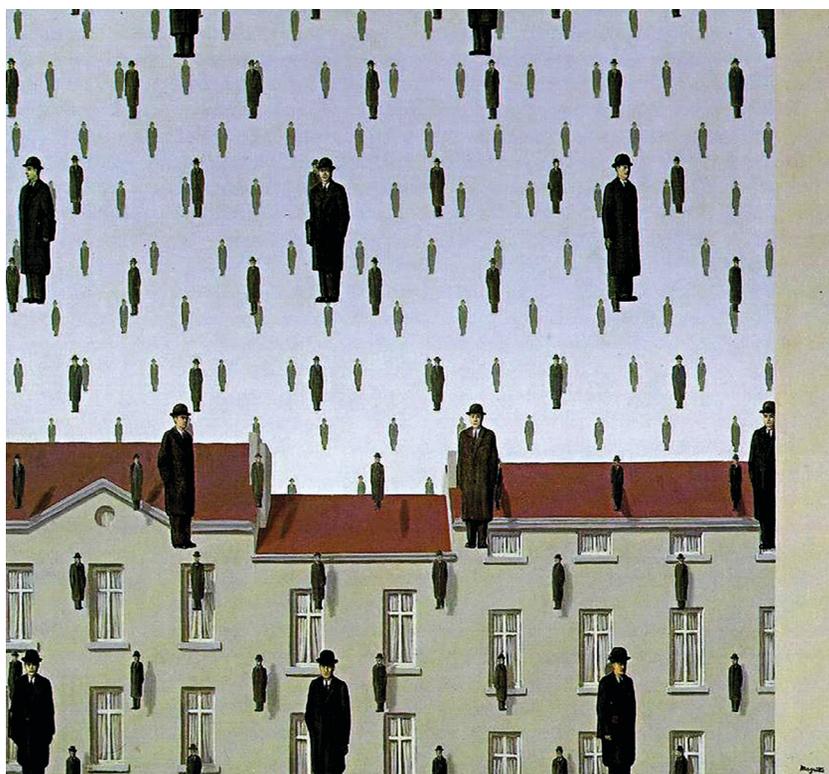
+ informações  
Clube Visionarium  
4520-153 Santa Maria da Feira  
256 370 618 | fmpereira@aeportugal.com



## FORMAÇÃO MUSICAL NO IMCLP

Com a formação do Instituto de Música no âmbito do Clube Literário do Porto, pretendeu-se, segundo os promotores, criar um projecto de ensino vocacional da música "com um alto conceito de excelência musical, que contribua para o desenvolvimento integral do ser humano". Canto, piano, acordeão, violino, flauta transversal, guitarra clássica, guitarra portuguesa e contrabaixo são alguns dos instrumentos disponíveis. O plano curricular de cada aluno inclui uma aula individual de instrumento com a duração de um tempo lectivo, dois tempos lectivos de formação geral em música e dois tempos lectivos de classe de conjunto. A duração do tempo lectivo é de 45 minutos. As aulas e ateliês funcionam de segunda-feira a domingo, em horários flexíveis combinados com os respectivos professores.

+ informações  
Clube Literário do Porto  
Rua Nova da Alfândega, 22  
4050-430 Porto  
222 089 228  
musicaclp@gmail.com | institutodemusica.clp@gmail.com



Numa agenda marcada pelas atrocidades de um Governo que elegeu os trabalhadores da Administração Pública como um dos alvos preferenciais, o jornalista acaba por encontrar uma mão-cheia de traços positivos na difícil situação que vivemos.

Não, não vou falar apenas da histórica greve geral de 24 de Novembro, que envolveu cerca de 3 milhões de trabalhadores e que constituiu uma poderosa resposta às políticas negativas de Sócrates e dos seus colaboradores, dentro e fora de um executivo que o “nosso primeiro” teima em recauchutar.

Nem vou falar só da resistência que, no plano sindical, se continua a dinamizar em todo o país – com destaque para a Administração Pública, que teve há dias, em tempo de Más Festas, uma combativa delegação à porta do ministro Teixeira, dos bancos.

Não vou esquecer, também, a rapidez e a determinação com que milhares de educadores e professores assinaram a petição da Fenprof exigindo concursos em 2011. Como se lê na nota introdutória, “a realização do concurso em 2011 é uma necessidade e uma exigência dos professores e das escolas, porque é inaceitável manter milhares de docentes contratados a prazo, a quem é negada a estabilidade, uma carreira e muitos direitos profissionais. Muitos deles, há largos anos nesta situação, estão a suprir necessidades permanentes de trabalho nas escolas”. Porque “há milhares de docentes dos quadros que foram impedidos de concorrer em 2009, e outros que, concorrendo, não obtiveram colocação devido ao escasso número de vagas abertas”.

Mas os alertas da petição não ficam por aí: as escolas precisam de um corpo docente estável para poderem organizar-se e funcionar adequadamente, o que em muitas é cada vez mais difícil, pois nos últimos anos só entrou um docente no quadro por cada 40 aposentados. Também por isso, a Fenprof salienta que “os compromissos são para ser honrados, incluindo os que o Governo assume, como é o caso da realização de concurso”.

A adesão dos professores à iniciativa da Fenprof revela uma resposta extraordinária. Em escassos dias, triplicou o número de assinaturas necessárias para levar uma petição pública ao debate na Assembleia da República, casa-mãe da democracia, tendo sido logo agendada uma reunião entre a Federação e o Presidente da AR.

2011 promete dificuldades. Mas vai ser também – e o 7.º Congresso dos Professores do Norte, em Fevereiro, será um bom exemplo – um ano de afirmação sindical e de combate por uma identidade profissional docente dignificada, assente num sindicalismo autónomo, vivo e actuante.

*José Paulo Oliveira*

# 2011 ODISSEIA SINDICAL



### *nesta edição*

- a abrir
02. **Aposentados merecem respeito**
- editorial
03. **A educação na voragem da contenção orçamental**
- acção sindical
04. **É essencial a luta dos professores!**
07. **"E não se pode exterminá-los?"**
08. **AEC: SPN reuniu com director regional**
09. **Trabalhar para as metas**
10. **7.º Congresso do SPN já mexe**
- entrevista
16. **A má experiência de uma boa oportunidade**
- notícias spn
19. **Plano de actividades do SPN 2011**
21. **Orçamento 2011**
- internacional
23. **Profesorado galego revalida apoio á CIG nas eleições sindicais**
24. **Compreender melhor o drama no Sahara Ocidental**
26. **Israel no lado errado da moralidade**
27. **O inimigo n.º1, a crença na verdade e o que está verdadeiramente em causa**
- narrativas
28. **Ay Madrid, Madrid! ... Me encanta**
- apostas spn
30. **Laboratório de Gastronomia Molecular | Formação Musical no IMCLP**
- a fechar
31. **2011 Odisseia sindical**

**spn**  
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXV · II Série · N.º 42  
Dezembro 2010 · 2 euros  
spninfo@spn.pt